

ÍNDICE

Prefácio	15
Capítulo Um: Desposórios do conde D. Henrique com a infanta de Castela e Leão, D. Teresa, recebendo em dote os Estados de Portugal	21
Capítulo Dois: Jornada de Egas Moniz a Toledo	27
Capítulo Três: D. Afonso Henriques aclamado pelo seu exército, em Ourique, rei de Portugal	31
Capítulo Quatro: Cortes de Lamego	37
Capítulo Cinco: Tomada de Lisboa; morte de Martim Moniz	43
Capítulo Seis: Martim de Freitas, alcaide-mor de Coimbra, depondo as chaves da praça sobre o cadáver de el-rei D. Sancho II na Catedral de Toledo	47
Capítulo Sete: Guerras civis entre el-rei D. Dinis e o seu filho, o infante D. Afonso: a rainha Santa Isabel no meio dos dois exércitos hostis no Lumiar desarma os contendores, e congrraça o pai e o filho	51

Capítulo Oito:

Batalha do Salado: Bravura de el-rei D. Afonso IV
de Portugal 57

Capítulo Nove:

Morte de D. Inês de Castro 65

Capítulo Dez:

Apresentação do corpo inanimado de D. Inês de Castro,
reconhecida rainha de Portugal 71

Capítulo Onze:

Nuno Gonçalves salva o Castelo de Faria de cair em poder
dos inimigos, sacrificando a vida diante de seus muros 75

Capítulo Doze:

Cortes de Coimbra, em que a espada de Nuno Álvares Pereira,
e a jurisprudência de João das Regras fazem devolver
a Coroa ao Mestre de Avis 79

Capítulo Treze:

Batalha de Aljubarrota 83

Capítulo Catorze:

O Infante D. Henrique, no seu observatório de Sagres,
entrega aos seus navegantes e descobridores da costa ocidental
de África as instruções e cartas das suas rotas 91

Capítulo Quinze:

Tomada de Arzila em África por el-rei D. Afonso V 99

Capítulo Dezasseis:

O príncipe de Portugal, depois rei D. João II,
corta as intrigas e delongas dos embaixadores de Castela
na execução dos tratados entre Espanha e Portugal 105

Capítulo Dezassete:

Despedida e embarque de Vasco da Gama na frota
que foi descobrir o Oriente 113

Capítulo Dezoito:

Chegada de Vasco da Gama ao Indostão, desembarca em Calecute, e é recebido na corte do samorim 119

Capítulo Dezanove:

Pedro Álvares Cabral, comandante duma armada que fazia caminho para a Índia, no ano de 1500, e que, assaltada por uma forte tormenta, desgarrou muito ao mar largo, descobre o Brasil, onde plantou o padrão das armas portuguesas 127

Capítulo Vinte:

Entrada de Tristão da Cunha em Roma, embaixador ao Papa Leão X, apresentado a este as primícias do Oriente da parte de el-rei D. Manuel I..... 133

Capítulo Vinte e Um:

Afonso de Albuquerque, depois de haver tomado à força de armas a cidade de Malaca, recebe cumprimentos dos potentados do Oriente, enviados por meio dos seus embaixadores 141

Capítulo Vinte e Dois:

D. João de Castro, vencedor em Diu, entra triunfante na cidade de Goa à maneira dos Romanos 149

Capítulo Vinte e Três:

Diogo Álvares Correia (chamado o Caramurú, isto é, Homem do Fogo), o qual vivia entre os Tupinambas, selvagens antropófagos do Brasil, recebe na Baía o capitão donatário dela, Francisco Pereira Coutinho 159

Capítulo Vinte e Quatro:

Tabiriçá, chefe dos Índios Tupinambas, convertido e batizado pelos jesuítas de S. Paulo, salva esta cidade de ser arrasada pelos Tamoios, e outros selvagens 167

Capítulo Vinte e Cinco:

El-rei D. Sebastião na infeliz batalha de Alcácer-Quibir, em África, despreza a vida para não cair no cativo de mouros, acompanhando os seus numa generosa morte 173

Capítulo Vinte e Seis:

Matias de Albuquerque, governador, capitão-general de Pernambuco, toma no rio Capiberide uma flotilha dos Holandeses somente com os seus soldados de terra 183

Capítulo Vinte e Sete:

O Padre António Vieira, pregando na Igreja de Santo António da Baía, celebra o triunfo das armas portuguesas, alcançado na defesa da mesma cidade atacada pelos Holandeses do comando do conde de Nassau, em abril e maio de 1638 191

Capítulo Vinte e Oito:

João Fernandes Vieira, o restaurador de Pernambuco, recusa as somas de ouro com que os Holandeses pretenderam comprar a sua honra 191

Capítulo Vinte e Nove:

Batalha das Tabocas ganha por João Fernandes Vieira, D. António Filipe (*o Camarão*), com o seu terço de índios e duzentos Tapuias auxiliares derrotam os Holandeses na batalha do Tabocal, junto a Paraíba 207

Capítulo Trinta:

Batalha dos Guararapes: Afonso Rodrigues, sargento do terço de João Fernandes Vieira, toma o estandarte general dos Holandeses, e a vitória declara-se dos Portugueses 215

Capítulo Trinta e Um:

Os Quarenta Conjurados de Lisboa, no ano de 1640, enviam deputados ao duque de Bragança, D. João, a Vila Viçosa, convidando-o a aceitar a Coroa: hesita este à face do enorme risco da empresa, mas a duquesa D. Luísa de Gusmão convence-o com intrepidez varonil 223

Capítulo Trinta e Dois:

O príncipe D. Pedro, como regedor e regente do reino,
no impedimento de seu irmão, el-rei D. Afonso VI,
aceita e assina a paz com Castela, em 10 de fevereiro
de 1668, a qual pôs termo à Guerra da Sucessão
de Portugal que durava havia 28 anos 231

Capítulo Trinta e Três:

O Marquês de Pombal reformando a Universidade de Coimbra 239

Capítulo Trinta e Quatro:

A rainha D. Maria I, assiste à primeira sessão e inauguração
da Academia Real das Ciências de Lisboa, criação sua 249

PREFÁCIO

Se a história em geral é, segundo o testemunho de um dos maiores gênios da antiguidade, escola da vida, a história em particular dos grandes homens é, sem dúvida, o que há de mais ameno, de mais interessante, e de mais útil nas suas lições. Mas a curteza da vida, a limitada força e compreensão do espírito, os embaraços, necessidades e distrações da carreira social, não deixam à maior parte dos homens oportunidade e tempo para seguirem e aprofundarem a história geral; e já é muito quando uma discreta preferência patriótica lhes consente conhecer a história do seu próprio país. Para chegar a aprender com fruto a origem e estabelecimento de um povo, as ações que lhe deram estabilidade e consistência, os progressos que o elevaram à prosperidade e à glória, e os erros ou calamidades que produziram a sua decadência, ou acarretaram a sua perda, compreender, enfim, toda a variada e múltipla composição deste vasto painel, em todas as suas partes, exige uma extensão de capacidade, uma aplicação, e

uma constância, que apenas se encontram em muito raros estudiosos. Assim que, para facilitar o proveito, e como resumir as lições da história, inventaram os antigos um novo género de a escrever e tratar, limitando a pequenos quadros, o que no vasto campo dos acontecimentos de um povo, ou de muitos povos, lhes pareceu mais próprio de imitação e de doutrina. Cornélio Nepote, Valério Máximo e Plutarco foram os descobridores deste método fácil e aprazível, descrevendo a vida, ou apontando as belas ações dos grandes homens da antiguidade. Este género histórico tem, com efeito, a duplicada vantagem de poupar o tempo, desviando o fastio e trabalho de minuciosas digressões, e o de fixar agradavelmente a atenção do leitor pelo atrativo de um quadro brilhante, onde, em torno de uma personagem principal, se acham agrupados sucessos ilustres, resultado benéfico das suas virtudes.

Todas as nações encontram nos seus anais mais ou menos cópia deste precioso cabedal, porque todas elas tiveram os seus períodos de prosperidade e de grandeza; e não têm faltado escritores que recolham e publiquem um certo compêndio de factos ilustres que, segundo a sua maneira de ver, melhor sirvam para remontar os créditos do seu próprio país e a honra dos seus naturais. Outros escritores houve que, ou por simpatia, ou por especulação, divagaram pela história das outras nações, e dela coligiram os traços que lhes pareceram mais brilhantes, publicando-os com o título de Belezas Históricas, ou doutro modo. Felizmente, nós, os Portugueses, para reunirmos e compormos uma galeria muito formosa destas ações generosas, e destas personagens ilustres, não precisamos de sair da nossa casa, porque dentro dela temos uma riqueza capaz de fazer inveja às outras.

Porém, aquele método, assim mesmo vantajoso e ameno como é, tem, segundo nosso entender, um grave defeito; é o

de produzir somente retalhos destacados, ou factos dispersos sem nexos, nem ligação com a ordem dos tempos, sem referência àquela série e cadeia natural dos acontecimentos humanos em que tudo são causas eficientes, e efeitos resultantes delas. O nosso trabalho procurou remediar aquele inconveniente; e conquanto o título da obra pareça indicar simplesmente uma coleção de factos gloriosos, e de ações famosas obradas pelos Portugueses na pátria e nas conquistas, a leitura dela dará a conhecer que as ações e os factos aí se acham colocados no seu lugar competente, trazidos, dispostos e ordenados pela sucessão e cronologia históricas; de modo que tudo aí se acha ligado e conexo, apresentando como que um resumo abreviado da história da pátria, de que os leitores curiosos poderão colher algum proveito. E, na verdade, que, a vida dos grandes varões, e a relação dos seus feitos ilustres e virtuosas ações, é leitura de todas as idades e de todos os estados e profissões. Os homens feitos aí encontram a confirmação do que aprenderam por experiência, recolhendo outra nova; e os jovens aí bebem com avidez estes brilhantes exemplos, esta útil e venturosa fascinação das belas ações que facilmente seduzem e aquecem os corações da mocidade.

Nós, porém, forçados a ser económicos no meio da nossa própria riqueza, não podendo descrever todas, limitámos a nossa tarefa a algumas daquelas ações ilustres: fomos percorrendo com o pensamento a imensa série dos grandes feitos dos Portugueses desde o começo da monarquia até ao reinado da rainha D. Maria I e, passando por entre muitos de subido preço, escolhemos e preferimos os que nos pareceram mais raros e característicos de virtude sublime e heroica, mais próprios para despertar emulação e dar exemplo. Todavia, ninguém procure nela extensão e profundidade de matéria, que só pertence à história geral, nem tire de seus assuntos alusões suspeitas,

nem argumentos de paridade e analogia para formar queixumes, ou pedir reparações; nós não nos obrigamos a fazer a resenha completa de todas as ações meritórias. Igualmente, não nos acoimem por não chegarmos a períodos históricos mais próximos da nossa era, que não é em verdade destituída de louvor e de mérito: não é a natureza tão mesquinha que deixe de produzir em todos os tempos almas privilegiadas, nem os Portugueses perderam com as vicissitudes das coisas humanas o sangue e brio antigos. Mas a prudência também tem os seus preceitos, e a fama dos homens vivos e contemporâneos direitos e melindres que devemos respeitar. Estamos certos de que nisto convirão connosco todos os homens sensatos e imparciais. O presente trabalho é dedicado a todos os Portugueses e todos eles hão de simpatizar sem dúvida com a natureza do seu objeto generoso como o foi sempre o carácter lusitano.

E, na verdade, qual será o coração bem formado que não se comova e dilate ao contemplar a fé e lealdade da *palavra prometida*, esta espécie de sacramento da brilhante e antiga cavalaria, e o sacrifício heroico com que souberam guardá-la um Egas e Martim Moniz, um Martim de Freitas, um Nuno Gonçalves de Faria? Que português negará o tributo duma reconhecida obrigação à piedade, às fundações, às fadigas, e àquele amor lhano e patriarcal com que amaram e felicitaram os seus povos um Afonso Henriques, um D. João da Boa Memória, um D. Manuel, uma Maria I? E que homem bem nascido deixará de se sentir dominado duma generosa e honrada emulação, vendo o mérito coroado de louros, num Infante D. Henrique, num Nuno Álvares Pereira, num D. João de Castro? E os cavalheiros portugueses recusariam eles achar-se ao lado dum destemido Gama, dum Afonso, *o Africano*, e dum rei D. Sebastião mesmo, apesar da desventura do seu esforço e valentia? E para os homens a quem coube a sorte de um

nascimento vulgar, e de uma condição menos favorecida, faltarão acaso aí modelos? Não procurarão eles elevá-la seguindo as pisadas e rastejando a fama dum João Fernandes Vieira, dum Henrique Dias, dum André Vidal de Negreiros, destes constantes e valentes patriotas que resgataram Pernambuco e salvaram o Brasil quando mais abandonado, só pela força do seu génio e pelo vigor de sua virtude inabalável? Não são ainda os mais estimados brasões da fidalguia portuguesa essas pedras salpicadas de sangue dos seus maiores nas costas africanas; essas enseadas da Ásia infamadas de tantos naufrágios, de tantos combates, testemunhas de tantos triunfos; e na pátria os primorosos brios da Aclamação Bragantina? E as musas portuguesas cessarão elas, porventura, de celebrar com palmas e ramos de oliveira a memória ilustre daqueles que as estabeleceram ou honraram no solo luso um Dinis, um D. João III, um D. João V, e um Marquês de Pombal?

Se desta simpática doutrina dos grandes exemplos, se deste espelho luminoso de ações virtuosas a que aspiram sempre as almas bem formadas, podem os leitores dóceis colher preciosos frutos de imitação¹, também dos desvios mesmo, e das aberrações de boa vereda, a que às vezes estiveram sujeitos os melhores modelos, tiraram os estudiosos moralidade proveitosa amando e seguindo o bem pelo escarmento do mal².

Assim que, na história relativa aos reis D. Dinis, D. Afonso IV, e D. Pedro I, a par de muita e sábia prudência, de briosa valentia, e de reta justiça, virtude com que enobreceram os seus reinados, verão os leitores reflexivos os tristes e calamitosos efeitos dos erros e das paixões humanas; e surgirem da inconcínquia, da ambição, e da inveja, os desgostos e dissensões domésticas, as revoltas e guerras civis, os danos, violências e

¹ *Virtutis amore.*

² *Fortitudine pœnæ. Horat., nas Odes.*

vinganças atrozes que mancharam vidas de muito luzimento. Notarão, com um sentimento penoso, num bondoso mas fraco rei D. Sancho II, num generoso mas remisso D. Fernando, os deploráveis resultados da indecisão sobre o trono, da negligência e da incúria nos governantes, desastroso caminho por onde o primeiro correu à sua perdição, e o segundo, depois de ver queimar metade de Lisboa, quase entregava o reino ao jugo estranho.

Praza aos Céus que a gente estudiosa portuguesa possa colher do nosso trabalho, e do nosso bom propósito, o aproveitamento que de todo o coração lhe desejamos como compatriota, e amante do bem de nosso país. Sirvam-lhe estas recordações honradas, estes rápidos, mas interessantes bosquejos das glórias antigas, como de aguilhão e estímulo para se elevarem à altura de merecimento e fortuna que seu estado e posição na sociedade possa comportar: e a Pátria agradecida os compensará, se não com aumentos e poder que a sorte muitas vezes se compraz em distribuir com mão caprichosa, ao menos com galardão indefetível da estima pública, com os louvores de reconhecida homenagem e deferência àquela riqueza a que não chegam as invejas e ingratidões humanas, «Ciência e Virtude».

Capítulo Um

Desposórios do conde D. Henrique com a infanta de Castela e Leão, D. Teresa, recebendo em dote os Estados de Portugal

Reinava em Espanha, depois de meados do século XI, um soberano ilustre, reunindo debaixo do seu cetro os Estados inteiros do seu pai Fernando, *o Magno*, a saber Castela e Leão, Galiza e Portugal; prosseguia com grande calor a guerra com os Mouros, poderosos ainda ao nascente e meio-dia da Península Ibérica; emprendera a conquista do reino e cidade de Toledo, famosa capital que fora do Império Visigodo, destruída havia mais de três séculos em tempos do infeliz rei D. Rodrigo; acudiam ali, segundo o costume daquela época cavaleiros, aventureiros de diferentes nações católicas a tomar a sua parte na guerra santa, e nas glórias da conquista, quando três nobres cavaleiros franceses, briosos e mancebos, se apresentaram no arraial do soberano espanhol oferecendo-lhe seus serviços, pois que só para ganhar honra e fama ali vinham a debelar infiéis. O soberano era Afonso VI, a quem chamaram *Par de Imperador* por ter reis seus tributários; os três cavaleiros eram Henrique de Borgonha, filho de outro do mesmo nome

e neto de Roberto, *o Velho*, duque daquele título, Raimundo, ou Raimão, seu primo, da casa do condado de Bolonha, e outro Raimundo, conde de Tolosa e de S. Gil. Recebeu o monarca espanhol reconhecido e jubiloso os jovens guerreiros, todos três príncipes de grandes casas, louvando-lhes o seu brioso propósito, e agradecendo-lhes a preferência que davam à guerra de Espanha, sobre a outra, seguida então com quase universal entusiasmo, a da primeira cruzada da Palestina.

O famoso cerco de Toledo durou seis anos inteiros com extraordinária bravura e perseverança, durante os quais se fizeram grandes cavalarias, porque os sitiadores, animados pela sua fé, tinham à frente o próprio monarca, guerreiro ilustre, acompanhado da flor da fidalguia castelhana e leonesa, cavaleiros adestrados na escola do Cid, e os príncipes franceses que ali foram provar sua valentia; os sitiados eram esforçados e dirigidos pelo bravo Ali Maimon, seu rei, confiados na opulência e fortaleza da cidade e decididos a sustentar a todo o custo a que com razão consideravam a sede e cabeça do islamismo na Península. Esgotados enfim os recursos e as forças dos sitiados renderam-se estes e caiu o majestoso colosso em poder dos cristãos no ano de 1085. Acabou em Espanha para sempre o reino muçulmano de Toledo, mas o estrondo desta queda, retumbando nos confins das outras potências mouriscas, irá despertar em todos os seus Estados desejos de vingança; e os ecos, atravessando o Estreito, lá irão comover em Marrocos o príncipe dos crentes, o emir Almominim, que trará nesse mesmo ano à Espanha inumerável Mourisma. Era o emir Ali Aben Jussuf, filho do famoso Tachsphin, o fundador da dinastia dos Almorávides, nação feroz, originária da Arábia, que, apoderando-se à força dos Estados africanos da antiga dinastia dos Omíadas, pretendia restaurar o califado do ocidente, retalhado pelas revoltas dos régulos muçulmanos da Península.

O perigo comum fez por calar as paixões e rivalidades dos Mouros; uniram-se todos e, ao entrar em campanha o furibundo emir, faziam a sua vanguarda os reis da Andaluzia, sendo deles o principal, e o mais valente, Almohatamad, rei de Sevilha.

Afonso VI, surpreendido com a nova desta repentina e temerosa invasão, levantou o sítio de Saragoça, que empreendera depois do de Toledo; D. Sancho, rei de Aragão, abandonou da sua parte o assédio de Valência, e ambos se prepararam para defender, apenas, os seus Estados contra a furiosa aluvião que parecia querer submergir de novo a Espanha inteira. Marchou briosamente o rei de Castela até ao extremo de seus domínios com todas as suas forças, e aí, a quatro léguas de Badajoz, veio encontrá-lo o inumerável exército agareno. Seguiu-se a batalha de Casala (outros dizem Sagulias), batalha de gigantes, em que por dois dias inteiros se combateu com verdadeiro furor e estranho encarniçamento, sem que nenhum dos contendores ousasse perder o seu campo; e, compensadas as perdas e as vantagens, pareciam resolvidos a perecer ali todos primeiro do que a confessar-se vencidos. Já o próprio soberano espanhol estava ferido com muitos dos seus principais cavaleiros; os mouros pelejando nos confins dos seus Estados eram reforçados com contínuas levas de gente, que lhes chegavam frescas e descansadas. Retiraram-se os cristãos da lide numa noite, sem serem perseguidos.

Avançou então Aben Jussof, atravessou a nova Castela e o reino de Aragão até Tortosa, onde bateu o rei D. Sancho e, voltando aos estados do rei de Leão, com ele deu começo àquela encarniçada luta que durou desde o ano 1086 até 1090, na qual os sucessos foram vários e a fortuna alternada. Neste período, Afonso VI obteve auxílios de gente que lhe mandou Felipe I, rei de França, e Aben Jussof três vezes passou e repassou o estreito de Gibraltar trazendo sempre à Espanha novos

reforços. Sustentavam os cristãos e muçulmanos corajosamente a contenda, até que o emir, contrariado pelas defeições dos reis mouros seus confederados, ciosos e desconfiados das antigas pretensões do califado, de desgosto e aborrecimento abandonou a Península, passou a Marrocos, deixando ao príncipe Taxefin, seu filho, o cuidado da guerra, e o encargo de castigar a perfídia e rebeldia dos reis revoltados. O hábil Taxefin conduziu a campanha com extraordinária valentia, e os negócios da política com admirável destreza: começou por negociar a paz com os cristãos enquanto se dedicava todo a subjugar os soberanos refratários e, conseguindo seduzir e intimidar os próprios vasallos com as leis do profeta que lhes figurou violadas, entrou em Sevilha, mandou cortar a cabeça ao infeliz e valente Mohatamad, e apoderou-se dos seus Estados, como já o havia feito aos de Granada e de Córdoba. Fortalecido assim, quando já dispunha de todos os recursos das potências subjugadas da Andaluzia, voltou à lide contra os cristãos, e alcançou a famosa vitória de Uclés em que o príncipe D. Sancho, único varão, presumível herdeiro de tantos reinos, moço de apenas onze anos de idade, ficou morto no campo. Este sucesso, porém, foi mais tarde: Afonso VI, depois desta grandíssima perda, apenas viveu um ano.

Enquanto o soberano espanhol, havendo ditado a paz ao seu poderoso inimigo, descansava à sombra das discórdias muçulmanas, pôde aplicar-se desafortunadamente aos negócios da administração dos seus vastos domínios; vendo-se em idade avançada, tratou como bom político, e generoso príncipe, de fixar nos seus Estados os príncipes franceses, companheiros valentes e leais dos seus desastres e fortunas, estabelecendo neles outras tantas escoras do seu império ameaçado sempre pelo enorme poderio africano, e mal seguro de internas discórdias pela quase total deficiência de sucessão masculina.

Resolvido neste pensamento deu as suas três filhas por esposas aos príncipes estrangeiros, dotando-as magnificamente: ao conde de Borgonha, D. Raimundo, deu a infanta D. Urraca, filha da rainha D. Constança, sua tia, com a Galiza em dote; ao conde de Tolosa e de S. Gil concedeu a sua filha D. Elvira, acompanhada por um grande tesouro, com os quais partiu para a Palestina; e a Henrique de Borgonha, ducado, deu a irmã da segunda, a infanta D. Teresa, com o reino de Portugal perpetuamente. Não sendo do nosso assunto falar dos dois primeiros, diremos alguma coisa do terceiro como tronco da dinastia portuguesa, princípio da sua independência nacional.

O conde D. Henrique (que assim foi sempre, depois chamado como príncipe de casa soberana, adotado em Espanha) era filho de Henrique, herdeiro presumível do ducado de Borgonha, neto de Roberto, *o Velho*, bisneto de Roberto, *o Justo*, rei de França, terceiro neto de Hugo Capeto, fundador da dinastia do seu nome. Presume-se que nasceu na cidade de Dijon, capital dos estados dos seus avós, entre os anos de 1035 e 1038. Descendente de uma tão alta família, educado segundo o estilo então comum a todos os príncipes na Europa, recebeu os princípios pelos quais regulou a sua conduta, os de uma muito fervorosa piedade, e os de uma cavaleirosa valentia. Entrando nos Estados de Portugal com a infanta D. Teresa, sua mulher, estabeleceu a sua corte em Guimarães, convocou aí uma assembleia dos notáveis do país, à qual assistiu S. Giraldo, arcebispo de Braga, provavelmente para se aconselhar com eles, e prover às necessidades e bem-estar dos seus novos súbditos. Promoveu a cultura e povoação do país, dando a liberdade a algumas terras por meio de forais, que ainda existem; chamou muitas famílias estrangeiras francesas e gascoas com muitos outros indivíduos ilustres em valor e ciências, aos quais deu terras e empregos com que se fixassem em Portugal. Restaurou as Sés

de Braga e Porto, que jaziam destruídas desde as devastações de Almançor, um século antes; levantou um templo ao Santo Arcebispo Pedro de Rates, no mesmo lugar em que a tradição aponta o seu martírio; e introduziu no reino a reforma de Cluny, de monges beneditinos, célebres então pelas sua ilustração e austeridade, para os quais fundou vários conventos. Levado pela sua devoção fez várias romarias a Santiago da Galiza, e no ano de 1102 foi visitar os lugares santos de Jerusalém, donde voltou no ano seguinte. Acendendo-se de novo a guerra de mouros dentro dos seus Estados, vestiu novamente as suas armas e soube combatê-los e repeli-los da maior parte deles. A morte de seu sogro Afonso VI, acontecida em 1103, ocasionando as perturbações e guerras da sucessão de Espanha, acarretou-lhe forçosamente o encargo de defender os direitos do seu sobrinho, o infante D. Afonso, filho da sua cunhada D. Urraca, a favor dos quais combateu, e ajudou a dispersar as fações que dilaceravam o condado da Galiza e o reino de Leão. Contribuindo assim poderosamente para os destinos futuros de seu ínclito filho Afonso Henriques, deve-lhe a sua pátria adotiva memórias de grande louvor, e de reconhecido agradecimento, pois que além dos exemplos duma carreira virtuosa, honrada, e valente, deixou arreigadas no solo português aquelas briosas qualidades e elevados pensamentos, que dezassete anos depois da sua morte souberam elevar a monarquia portuguesa sobre os paveses vitoriosos do campo de Ourique.

Capítulo Dois

Jornada de Egas Moniz a Toledo

Depois da morte do conde D. Henrique ficou a sua mulher, a infanta de Castela, D. Teresa, tomando o título de rainha com a regência de Portugal, que, tranquilamente e sem contestação, exerceu desde o ano de 1114 até ao de 1126. Porém, chegado este tempo, o príncipe D. Afonso Henriques, seu filho, já era mancebo; tinha sido armado cavaleiro na catedral de Zamora, brioso, valente, e exercitado nas armas que havia experimentado em vários encontros com os mouros, devia naturalmente ambicionar o supremo poder, que a sua qualidade de varão lhe fazia parecer propriedade sua, herdada do seu pai. Não faltariam conselheiros que o persuadissem, ou confirmassem nas suas imaginações; mas um sucesso grave e transcendente no reino vizinho veio apressar a revolução que lhe pôs o governo nas mãos.

Debalde sua mãe se havia cercado de todos os elementos e predicados do poder supremo, chamando-se rainha, como soberana filha de rei, levantando a vassalagem que o seu marido

prestara à suserania castelhana, e passando a segundas núpcias com D. Fernando, conde de Trastâmara, grande senhor da Galiza que naturalmente lhe havia de trazer partidários e amigos; porém, a hora da sua queda era chegada: a força das coisas, e as ideias dominantes decidiram tudo. O acontecimento do reino vizinho foi que o príncipe D. Afonso Raimão, seguido da opinião quase geral de leoneses, galegos, e castelhanos, se levantou contra o governo da sua mãe, a rainha D. Urraca; cercou-a nas torres de Leão, onde ela se fizera forte, e, apoderando-se da sua pessoa, proclamou-se soberano e administrador dos reinos do seu pai Afonso VI. O paralelo era evidente, os direitos semelhantes, o exemplo devia imitar-se: o príncipe D. Afonso, acompanhado pelos seus amigos e parciais, levantou-se na província do Minho, neste mesmo ano de 1126, e apoderou-se dos dois Castelos de Neiva e Faria, os primeiros que lhe abriram as portas. A rainha D. Teresa mostrou nesta ocasião ânimo real: desde Coimbra, onde então estava, acudiu ao Minho, juntou as maiores forças que pôde, e lançou-se dentro de Guimarães a tempo de salvá-la do movimento que, lavrando rápido, havia já posto muitas outras terras na obediência do filho. Teve este de ganhá-la à força de armas na vitória que alcançou no campo de São Mamede, junto dos seus muros; a rainha foi feita prisioneira e guardada no Castelo de Lindoso, e o conde D. Fernando, capitulando, saiu do reino. D. Afonso, rei de Castela e Leão, apresentou-se então como defensor dos direitos da desditosa rainha, sua tia, talvez com vistas ambiciosas; e passando as raias dos seus estados entrou com poderoso exército em Portugal pelo lado da Galiza. Marchou o príncipe D. Afonso Henriques ao seu encontro; deu-se a batalha de Valdevez, de poder a poder, junto à vila dos Arcos, onde a fortuna que havia dirigido os primeiros sucessos do afortunado príncipe lhe pôs nas mãos uma vitória

decisiva: o exército castelhano foi derrotado e o soberano que o comandava escapou fugindo, deixando em poder de Afonso Henriques sete condes prisioneiros, além de infinitos soldados. Recolheu-se o vencedor contente à sua corte de Guimarães, onde bem depressa (pois apenas eram passados poucos meses) se havia de achar em novo e mais arriscado perigo, cercado repentinamente pelo mesmo monarca castelhano. E desta vez não será a força das armas quem há de salvar o valoroso D. Afonso, mas sim a lealdade dum vassalo, a dedicação heroica dum amigo, a experiência e grande política do famoso Egas Moniz. Eis como o mais estimável dos nossos cronistas, o que melhor averiguou os sucessos deste tempo, conta esta memorável façanha. No princípio do ano 1129, sentido o imperador Afonso VII da desgraça passada na derrota de Valdevez, e desejando sanear-se desta quebra, com o melhor segredo possível, entrando em Portugal pela parte da Galiza, veio quase repentinamente lançar-se sobre a vila de Guimarães, onde então residia a corte e assistia o infante D. Afonso. Havia pouco que esta vila fora ganha pelo infante aos que seguiam o partido da rainha, nem estaria fortalecida, nem nela haveria a gente de guerra necessária. Por estas razões, julgou o prudente capitão Egas Moniz, aio do infante e principal ministro de suas coisas, ser conveniente usar então de cautela com o inimigo. E assim, passado algum tempo de cerco, saiu da vila, e pedindo audiência particular ao imperador, soube propor-lhe com tão boa ordem o estado das coisas presentes, como a empresa era de grande dificuldade pela fortaleza da vila, valor do infante, e da gente portuguesa, que estava dentro, exercitada em guerras; que considerasse, como príncipe católico, não servirem estas dissensões entre os reis cristãos para mais do que consumirem as suas forças, e de propor aos Mouros alegre espetáculo, e facilitar-lhes as empresas; enfim, com estas e outras razões

obligou o imperador a levantar o sítio, ajuntando, segundo dizem, a promessa que fez de obrigar o infante a ir às cortes de Leão quando as houvesse. Não soube o infante destes tratos, e assim ficou admirado quando viu repentinamente levantar o cerco, e cheio de indignação quando lhe constou da promessa que fez seu aio. Mas este, como tinha traçado o cumprimento dela por ordem diferente do que imaginava, soube aplacar a ira do príncipe, e dar satisfação ao que tinha prometido por um modo raro, que foi ir a Toledo com a sua mulher e os seus filhos, e aparecer ante o imperador Afonso em trajas humildes com cordas ao pescoço, oferecendo a sua vida própria e dos seus a *troco da palavra mal cumprida*. E posto que este espetáculo causasse ao príncipe indignação naquele príncipe, contudo tomando melhor acordo, e com o parecer dos Grandes da sua corte, fez bom acolhimento à ilustre família, e deu por quite o leal vassalo de sua promessa.

Tanto se prezou o honrado e primoroso Egas Moniz deste feito que, contra o estilo daquele tempo, em que a simplicidade e chaneza de costumes fazia desprezar estátuas e monumentos de glórias mundanas, mandou esculpir na campa da sua sepultura a imagem desta jornada a Toledo, tal qual a publicou modernamente um literato português nos seus Quadros Históricos; tosco e grosseiro desenho, qual o permitia a rudeza das artes naquela idade. Porém, a fama e a gratidão nacional têm como consagrado nos seus fastos esta façanha como timbre de acrisolado afeto e lealdade a seu soberano e, com efeito, ela será sempre aplaudida e celebrada no mundo enquanto nele houver corações acesos no sagrado amor da pátria.